

# **EDSON DE RESENDE CASTRO**

Promotor de Justiça

Coordenador Eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais

Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral junto ao TSE

Professor de Direito Eleitoral em programas de pós-graduação e em cursos de aperfeiçoamento para Juizes e Promotores Eleitorais

Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal, em 2010, para o Novo Código Eleitoral

Membro da Comissão Relatora da Reforma Eleitoral do MCCE, em 2013

# **CURSO DE DIREITO ELEITORAL**

## **11<sup>a</sup> EDIÇÃO** Revista e Atualizada

**DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 111/2021,  
COM A LEI COMPLEMENTAR N. 184/2021, COM AS LEIS N. 14.192/2021,  
14.208/2021, 14.211/2021 E 14.291/2022 E COM AS RESOLUÇÕES DO  
TSE PARA AS ELEIÇÕES DE 2022**

editora  
*Del Rey*

Belo Horizonte  
2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

## EDITORA DEL REY LTDA

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Malheiros Fiuza  
(*in memoriam*)

**Coordenação Editorial:** Leticia Neves

**Diagramação e capa:** Alfstudio

**Editora:**

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24  
Centro – Belo Horizonte – MG  
CEP 30190-050

**Comercial:**

Tel.: (31) 3284-3284  
vendas@editoradelrey.com.br

**Editorial:**

Tel.: (31) 2516-3340  
editorial@editoradelrey.com.br

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchall  
Antônio Augusto Cançado Trindade  
Antonio Augusto Junho Anastasia  
Antônio Pereira Gaió Júnior  
Aroldo Plínio Gonçalves  
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho  
Dalmar Pimenta  
Edelberto Augusto Gomes Lima  
Edésio Fernandes  
Felipe Martins Pinto  
Fernando Gonzaga Jayme  
Hermes Vilchez Guerrero  
José Adércio Leite Sampaio  
José Edgard Penna Amorim Pereira  
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior  
Misabel Abreu Machado Derzi  
Plínio Salgado  
Rénan Kfuri Lopes  
Rodrigo da Cunha Pereira

---

Castro, Edson de Resende  
C355c Curso de direito eleitoral / Edson Resende Castro. – 11. ed. rev.  
e atual – Belo Horizonte: Del Rey, 2022.  
XXVIII, 876 p. – Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-00-43901-4

1. Direito eleitoral – Legislação – Brasil 2. Eleições - Brasil  
3. Justiça Eleitoral 4. Campanha eleitoral 5. Crime eleitoral I. Título

CDU 342.8(81)

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO .....	VII
NOTA DO AUTOR À 11ª EDIÇÃO .....	XI

## TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

### Capítulo I

<b>CONCEITO E ALCANCE DAS NORMAS ELEITORAIS .....</b>	<b>3</b>
1. Conceito.....	3
2. Capacidade eleitoral ativa e passiva .....	3
3. Organização do corpo eleitoral e das circunscrições eleitorais .....	4
4. Zonas Eleitorais.....	4
5. Sistemas eleitorais majoritário e proporcional .....	5
6. Quociente eleitoral e quociente partidário (impactados pelas Leis n. 13.165/2015, 13.488/2017 e 14.211/2021).....	5
7. Processo eleitoral .....	10
8. Competência da Justiça Eleitoral .....	10

### Capítulo II

<b>FONTES DO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>13</b>
1. Constituição Federal.....	13
2. Código Eleitoral (atualizado até a Lei n. 14.211/2021).....	14
3. Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97, atualizada até a Lei n. 14.211/2021: princípio da anualidade.....	15
4. Lei Complementar 64/90 (com a Lei da Ficha Limpa e com a LC 184/2021) .....	24
5. Lei 6.091/74: transporte e a alimentação dos eleitores .....	25
6. Resoluções do TSE.....	26

### Capítulo III

<b>O DIREITO PARTIDÁRIO.....</b>	<b>27</b>
1. Autonomia do direito partidário .....	27
2. O Partido Político .....	28
3. Criação e autonomia.....	28
4. Filiações e Desfiliações Partidárias.....	37
5. Duplicidade e Coexistência de Filiações .....	39
6. Infidelidade Partidária e Perda de Mandato .....	42
7. Finanças Partidárias e Prestação de Contas .....	48
8. Competência da Justiça Eleitoral .....	60
9. Mandado de Segurança .....	61

### Capítulo IV

<b>A JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>63</b>
1. Seção I – COMPETÊNCIA .....	63
1.1. Lei complementar, Juízes auxiliares: instauração de processo de ofício.....	63
1.2. Resolução n. 22.610/2007 .....	64
1.3. Lei n. 14.211/2021 .....	64
2. Seção II – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS .....	65
2.1. Organização e administração do processo eleitoral .....	65
2.2. Resolução dos conflitos.....	67
2.3. Capacidade postulatória.....	67
3. Seção III – QUESTÕES PARTIDÁRIAS E ELEITORAIS .....	68
3.1. Do alistamento à diplomação.....	68
3.2. Composição numérica das Câmaras Municipais.....	68
3.3. EC n. 58/2009.....	68
3.4. Conflitos partidários .....	69
3.5. Propagandas institucional e partidária .....	70
3.6. Expulsão de filiado .....	70
3.7. Disputa de pré-candidatos nas convenções, interferência arbitrária de dirigentes partidários .....	70
3.8. Gestão do “Fundo Partidário” .....	71
3.9. Gestão do “Fundo de Campanha” .....	71

4. Seção IV – FUNÇÃO CONSULTIVA .....	72
4.1. Atribuição dos Tribunais Eleitorais .....	72
5. Seção V – FUNÇÃO NORMATIVA.....	73
6. Seção VI – COMPOSIÇÃO .....	74
6.1. TSE: recorribilidade .....	74
6.2. Ação Rescisória Eleitoral.....	74
6.3. TRE: recorribilidade.....	79
6.4. Juízes Eleitorais .....	80
6.5. Magistrados “emprestados”: mandato.....	80
6.6. Impedimentos. Novo CPC.....	80
6.7. Juntas Eleitorais .....	83
7. Seção VII – O PODER DE POLÍCIA.....	84
7.1. Conceito .....	84
7.2. Atuação de ofício .....	84
7.3. Instauração de ação eleitoral de ofício .....	84
7.4. Posturas municipais.....	85

## Capítulo V

<b>O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL .....</b>	<b>87</b>
1. Seção I – ATRIBUIÇÕES .....	87
1.1. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.....	87
1.2. Acesso às informações da Justiça Eleitoral .....	91
1.3. Execução das multas .....	93
1.4. Propaganda partidária irregular .....	97
2. Seção II – SEUS ÓRGÃOS.....	98
2.1. Procurador Geral Eleitoral.....	98
2.2. Procurador Regional Eleitoral.....	98
2.3. Promotor Eleitoral .....	98
2.4. Mandato/rodízio.....	99
2.5. Impedimentos. Novo CPC .....	99
2.6. Limites à manifestação do pensamento político.....	100

## TÍTULO II

### O PROCESSO ELEITORAL

#### Capítulo I

<b>ALISTAMENTO ELEITORAL.....</b>	<b>105</b>
1. Pressuposto objetivo do exercício do voto.....	106
2. Nome e Identidade de Gênero.....	106
3. Res. TSE n. 21.538/2003, atualizada até a Res. TSE n. 23.596/2019: nome social e identidade de gênero .....	107
4. Seção I – ALISTAMENTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO .....	110
4.1 Obrigatório .....	110
4.2. Facultativo .....	111
4.3. Os “Inválidos” e os que se encontram fora do país.....	114
5. Seção II – DIREITOS POLÍTICOS .....	116
5.1. Conceito .....	116
5.2. Perda ou suspensão.....	117
5.3. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado .....	117
5.4. Incapacidade civil absoluta .....	117
5.5. Condenação criminal: autoaplicabilidade, penas privativas de liberdade, restritiva de direitos e pecuniária, suspensão condicional da pena, livramento condicional, crime doloso ou culposo e contravenção penal. Entendimento do STF em repercussão geral.....	121
5.6 Recuperação assim que cumprida a pena.....	126
5.7 Perda do mandato eletivo. ....	126
5.8 Suspensão de Direitos Políticos X Inelegibilidade.....	127
5.9 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	128
5.10. Improbidade administrativa .....	130
5.11. Direitos políticos em Portugal .....	131
6. Seção III – OS INALISTÁVEIS .....	132
6.1. Os estrangeiros .....	132
6.2. Os conscritos.....	133
6.3. Os militares de carreira .....	134
6.4. O preso provisório .....	134
6.5. Hipóteses não recepcionadas pela CF/88 .....	135

7. Seção IV – DOMICÍLIO ELEITORAL.....	135
7.1. Conceito: vínculos políticos, sociais e afetivos.....	136
7.2. Deferimento da inscrição e recurso: capacidade postulatória .....	138
7.3. Revisão do eleitorado .....	140
8. Seção V – TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO .....	140
8.1. Domicílio eleitoral histórico/afetivo .....	140
8.2. Domicílio na nova circunscrição .....	141
8.3. Recurso.....	142
9. Seção VI – EXCLUSÃO E CANCELAMENTO .....	142
9.1. Noção .....	142
9.2. Legitimidade do eleitor .....	142
9.3. Hipóteses .....	143
9.4. Correição e Revisão por notícia de fraude .....	144
9.5. Retificação de dados do eleitor .....	144
9.6. Revisão de ofício .....	145

## Capítulo II

<b>PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.....</b>	<b>147</b>
1. Convenções partidárias.....	149
2. Candidatura nata.....	151
3. Eleições majoritárias (chapas) e proporcionais (listas abertas) .....	152
4. Reserva de gênero: limite percentual para homens e mulheres. Candidaturas fictas. ....	153
5. Coligações: representação, verticalização .....	156
6. Pedido de registro das candidaturas: data limite e resumo do procedimento.....	160
7. Quitação Eleitoral .....	163
8. Omissão do partido: pedido feito pelo próprio candidato .....	164
9. Substituição de candidato: primeiro e segundo turnos.....	165
10. Documentos e informações para o registro .....	167
11. Diligências.....	168
12. Candidato sub judice .....	170
13. Expulsão do candidato do partido: cancelamento do registro .....	173

14. Seção I – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE .....	173
14.1. Conceito .....	173
14.2. Elegibilidades próprias e impróprias .....	173
14.3. Hipóteses.....	175
14.3.1. Nacionalidade Brasileira e cargos privativos de brasileiro nato .....	175
14.3.2. Pleno exercício dos direitos políticos .....	177
14.3.3. Alistamento eleitoral.....	180
14.3.4. Domicílio eleitoral na circunscrição .....	180
14.3.5. Filiação partidária: lista de filiados, duplicidade e coincidência de filiações ..	182
14.3.6. Escolha em convenção .....	186
14.3.7. Idade mínima para a candidatura.....	187
14.3.8. Momento de Aferição .....	187
14.3.9. Elegibilidade Superveniente .....	190
14.3.10. Apresentadores e comentaristas de rádio e TV.....	194
15. Seção II – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE.....	195
15.1. Compreensão.....	195
15.2. Documentos necessários ao registro .....	196
16. Seção III – CAUSAS DE INELEGIBILIDADE .....	197
16.1. Compreensão e conceito .....	197
16.2. Inelegibilidade inata e inelegibilidade cominada .....	198
16.3. Inelegibilidades amplas/absolutas ou restritas/relativas.....	199
16.4. Inelegibilidades próprias e impróprias.....	199
16.5. Inelegibilidade Reflexa .....	199
16.6. Presunção de Inocência.....	200
16.7. Retrospectividade da LC n. 135/2010.....	202
16.8. Razoabilidade e Proporcionalidade das novas hipóteses.....	204
16.9. Hipóteses Constitucionais e Infraconstitucionais .....	204
16.9.1. Os analfabetos: teste de alfabetização .....	205
16.9.2. Os inalistáveis .....	208
16.9.3. Os incompatíveis por exercício de função: reeleição do titular, eleição do vice ao cargo de titular, candidatura a outros cargos, “prefeitos itinerantes”, desincompatibilização por renúncia, exoneração e licença, o território da disputa .....	208
16.9.4. Os incompatíveis por casamento ou parentesco: parentesco com o titular e parentesco com o vice; o território de jurisdição do titular; casamento religioso, concubinato e união estável homossexual; titular de mandato e candidato à reeleição .....	224
16.9.5. Inelegíveis por Desvio de Conduta: LC n. 64, art. 1º, I.....	237

17. Seção IV – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA .....	314
17.1. Legitimação Ativa .....	314
17.2. Eleitor: notícia fundamentada de inelegibilidade .....	316
17.3. Conhecimento de ofício pelo Juiz Eleitoral.....	316
17.4. Legitimação passiva .....	318
17.5. Objeto da impugnação: arguição de inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais: preclusão, inelegibilidade superveniente.....	319
17.6. Negativa de diplomação do eleito.....	322
17.7. Prazo para impugnação .....	323
17.8. Notificação pelo mural eletrônico, por mensagem instantânea, e-mail ou correspondência. Contestação em sete dias. Audiência.....	325
17.9. Diligências. Alegações finais. Parecer do Ministério Público .....	325
17.10. Decisão. Recurso. Prazos peremptórios, plantão da Justiça Eleitoral aos sábados, domingos e feriados.....	326

### Capítulo III

<b>PROPAGANDA ELEITORAL .....</b>	<b>331</b>
1. Conceito.....	331
2. Propaganda partidária .....	333
3. Promoção pessoal.....	337
4. Princípios que a orientam.....	338
5. Art. 36-A, da Lei n. 9.504/97 .....	340
6. Seção I – INÍCIO DA PROPAGANDA .....	358
6.1 Disciplina do Código Eleitoral e da Lei das Eleições .....	358
6.2 Propaganda extemporânea.....	358
6.3 Prévio conhecimento. Intimação do Juiz Eleitoral ou recomendação do MP.....	359
6.4 Responsabilidade solidária do candidato e do Partido Político .....	361
7. Seção II – PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA.....	363
7.1 A quem se dirige .....	363
7.2 Período de permissão .....	363
7.3 Propaganda intrapartidária x propaganda extemporânea .....	364

8.	Seção III – PROPAGANDA LÍCITA .....	365
8.1	Bens Particulares. Adesivos plásticos. Justaposição. Autorização do proprietário.....	365
8.2	Placas, pinturas em muros .....	368
8.3	Folhetos, volantes e outros impressos .....	368
8.4	Alto-falantes .....	371
8.5	Comícios. Limite de horário. Crime de desobediência. Poder de polícia.....	374
8.6	Outdoor. Proibição da Lei n. 11.300/2006. Placas justapostas .....	378
8.7	Jornais e revistas: tratamento privilegiado.....	380
8.8	Rádio e TV .....	381
8.8.1.	Horário gratuito em rede .....	382
8.8.2.	Horário gratuito em inserções.....	383
8.8.3.	Distribuição do tempo entre partidos e coligações. Inconstitucionalidade.....	385
8.8.4.	Conteúdo dos programas .....	387
8.8.5.	Restrições à programação normal: apresentadores e comentaristas .....	389
8.8.6.	Debates .....	393
9.	Internet .....	395
9.1.	Sites de Candidatos e Partidos .....	395
9.2.	Mensagens Eletrônicas .....	395
9.3.	Blogs, Redes Sociais e Mensagens Instantâneas .....	398
9.4.	Livre Manifestação do Pensamento.....	399
9.5.	Propaganda Paga e Impulsionamento.....	399
9.6.	Sites de Pessoas Jurídicas e Órgãos Públicos .....	402
9.7.	Cadastro de Endereços Eletrônicos: doação/utilização .....	402
9.8.	Cadastro de Endereços Eletrônicos: venda .....	403
9.9.	Provedores de Conteúdo e de Serviços Multimídia.....	404
9.10.	Atribuição de Autoria a Terceiros.....	404
9.11.	Suspensão de Acesso .....	405
9.12.	Evolução do Ambiente Tecnológico .....	405
10.	Violação de propaganda lícita: crime eleitoral.....	406
11.	Poder de Polícia na Internet.....	406
12.	Seção IV – O DIREITO DE RESPOSTA .....	407
12.1.	Excessos. Afirmções inverídicas, injuriosas, caluniosas e difamatórias .....	407
12.2.	Disciplina do Código Eleitoral. Disciplina da Lei das Eleições. Ofensa a candidatos. Ofensa a terceiros. Ofensa a pessoa jurídica. Ofensa a autoridades públicas.....	407
12.3.	Veiculação por diversos meios .....	410
12.4.	Indevida utilização do direito de resposta .....	412

13. Seção V – PROPAGANDA NÃO TOLERADA .....	413
13.1. Hipóteses e poder de polícia.....	413
13.2. As posturas municipais.....	414
14. Seção VI – PROPAGANDA ILÍCITA .....	415
14.1. Bens pertencentes ao Poder Público. Bens cujo uso dependa de cessão do Poder Público: táxis, ônibus, etc. ....	415
14.2. Bens de uso comum: bares, clubes, estádios de futebol, etc. ....	417
14.3. Cavaletes e bonecos nas vias públicas .....	419
14.4. Multa ou restauração do bem: § 1º do art. 37.....	422
14.5. Postes de iluminação, pontes, passarelas .....	425
14.6. Brindes de Campanha.....	426
14.7. Outdoor e showmícios.....	427
14.8. Símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo.....	427
15. Seção VII – ABUSO DE PODER E USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO .....	428
15.1. Conceituação.....	428
15.2. Comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições. Nexo de causalidade. Gravidade .....	430
15.3. Prévio conhecimento. Verificação objetiva .....	432
15.4. Inelegibilidade .....	433
15.5. Cassação do registro ou do diploma. Desconstituição do Mandato Eletivo .....	434
15.6. Abuso do poder simples e abuso do poder qualificado .....	434
16. Seção VIII – ABUSO DO PODER ECONÔMICO, MOVIMENTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS (ART. 30-A) E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A) .....	437
16.1. Conceituação.....	437
16.2. Descumprimento das normas relativas à arrecadação dos fundos de campanha. Vedação das doações de pessoas jurídicas: ADI 4650. Limite de gastos fixado pelas Leis n. 13.488/2017 e 13.878/2019.....	437
16.3. Descumprimento das normas relativas aos gastos de campanha .....	442
16.4. Art. 41-A, da LE. Multa. Cassação do registro ou do diploma. Novas eleições (art. 224, § 3º, do CE). Efeito do recurso (art. 257, § 2º, do CE).....	443
16.5. Art. 30-A, da LE. ....	457
17. Seção IX – ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUTAS VEDADAS.....	463
17.1. Compreensão.....	463
17.2. Conceito de agente público. Improbidade administrativa.....	464

17.3.	Art. 73 e ss., da LE: constitucionalidade .....	466
17.4.	Hipóteses.....	470
17.4.1.	Cessão e uso de bens públicos (inciso I).....	470
17.4.2.	Uso de materiais e serviços públicos (inciso II) .....	472
17.4.3.	Cessão ou uso de servidores públicos (inciso III).....	473
17.4.4.	Uso promocional de programas públicos de assistência social (inciso IV) e criação de programas sociais em ano de eleição (§ 10) .....	475
17.4.5.	Nomeação de servidores públicos (inciso V) .....	485
17.4.6.	Transferência voluntária de recursos públicos (inciso VI, "a").....	489
17.4.7.	Publicidade Institucional (inciso VI, alínea "b") .....	492
17.4.8.	Pronunciamento em cadeia (inciso VI, alínea "c") .....	497
17.4.9.	Gastos com publicidade institucional (inciso VII) .....	498
17.4.10.	Revisão geral de remuneração dos servidores (inciso VIII).....	500
17.4.11.	Publicidade institucional desvirtuada (art. 74).....	502
17.4.12.	Shows artísticos em inaugurações públicas (art. 75).....	504
17.4.13.	Participação de candidatos em inaugurações públicas (art. 77).....	506
18.	Seção X – ABUSO (USO INDEVIDO) DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	508
18.1.	Compreensão.....	508
18.2.	Abusos na imprensa escrita .....	508
18.3.	Abuso no rádio e na TV .....	509
18.4.	Outros meios de comunicação. Abuso do poder religioso.....	511
19.	Seção XI – DAS PESQUISAS E TESTES PRÉ-ELEITORAIS .....	513
19.1.	Registro prévio na Justiça Eleitoral.....	513
19.2.	Divulgação sem registro: multa.....	514
19.3.	Pesquisa fraudulenta: Crime Eleitoral .....	515
19.4.	Divulgação de pesquisa no dia da eleição .....	515
19.5.	Enquetes e sondagens: Lei n. 12.891/2013.....	516
20.	Seção XII – FIM DA PROPAGANDA .....	518
20.1.	No rádio, na TV e em Comícios .....	518
20.2.	Impressos, carreatas, alto-falantes .....	519
20.3.	Jornais e revistas.....	519
20.4.	Internet.....	519
21.	Seção XIII – RETIRADA DA PROPAGANDA.....	520
21.1.	Prazo no primeiro e segundo turnos .....	520

22. Seção XIV – REPRESENTAÇÃO .....	521
22.1. Art. 96, da Lei 9.504/97: objeto .....	521
22.2. Momento para ajuizamento .....	523
22.3. Natureza de ação.....	523
22.4. Competência .....	524
22.5. Legitimação ativa.....	526
22.6. Legitimação passiva .....	527
22.7. Procedimento Sumaríssimo .....	528
22.8. Instrução e produção de prova .....	529
22.9. Decisão e recursos ordinário, especial, extraordinário e agravo .....	531
22.10. REPRESENTAÇÃO ESPECIAL: Objeto (arts. 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75, 77) procedimento.....	532
22.11. Litisconsórcio passivo com o agente público .....	533
22.12. Termos inicial e final para a propositura e procedimento .....	535
22.13. Procedimento e Prova .....	537
22.14. Decisão .....	541
22.15. Recurso e efeitos da decisão: cassação e novas eleições majoritárias.....	541
23. Seção XV – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE.....	544
23.1. Caracterização, cabimento e objeto .....	544
23.2. Natureza de Ação. Petição inicial .....	546
23.3. Legitimação ativa: Capacidade postulatória. Eleitor. Partido/Federação/Coligação. Desistência.....	547
23.4. Legitimação passiva: litisconsórcio necessário .....	550
23.5. Momento para sua propositura. Prazo final. Decadência.....	552
23.6. Competência do Corregedor.....	554
23.7. Procedimento: defesa, dilação probatória, alegações finais.....	555
23.8. Decisão, efeitos antes e depois das eleições.....	561
23.9. Recursos eleitoral, especial e extraordinário. Efeito suspensivo nas instâncias ordinárias e novas eleições.....	564

## Capítulo IV

<b>DAS GARANTIAS ELEITORAIS.....</b>	<b>567</b>
1. Garantia contra prisões de candidatos.....	567
2. De eleitores .....	568
3. De membros das mesas receptoras e fiscais partidários.....	568
4. Garantia do exercício do voto dos trabalhadores .....	569

**Capítulo V****O DIA DAS ELEIÇÕES ..... 571**

1. Seções Eleitorais. Mesa Receptora de Votos ..... 571
2. Presidente da Mesa ..... 572
3. Os Fiscais de Partidos/Coligações ..... 572
4. Propaganda eleitoral: boca de urna. Crime eleitoral  
Manifestação silenciosa: bótons, flâmulas, adesivos, etc..... 573
5. Transporte e alimentação de eleitores. Crime eleitoral ..... 575

**Capítulo VI****APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS..... 579**

1. Apuração tradicional, fiscalização dos partidos ..... 579
2. Apuração eletrônica ..... 579
3. Destino dos votos na eleição proporcional: art. 175, CE e art. 16-A, LE. .... 580

**Capítulo VII****ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ..... 583**

1. Arrecadação: formalidades, período, doação de pessoas físicas,  
financiamento coletivo, limites e apuração de excesso ..... 583
2. Recursos próprios ..... 596
3. Fundo Partidário ..... 598
4. Fundo Especial de Financiamento de Campanha ..... 600
5. Comercialização de bens e realização de eventos ..... 604
6. Limite de gastos previsto na lei ..... 604
7. Destinação lícita e ilícita dos recursos..... 608
8. Prestação de Contas: prazo..... 612
9. Responsabilidade do candidato e do administrador financeiro.  
Falsidade ideológica eleitoral ..... 613
10. Contas de campanha do partido. Consequência da desaprovação ..... 613
11. Sobras e dívidas de campanha ..... 614
12. Rejeição das contas do candidato. Suspensão da quitação eleitoral..... 615
13. Contas não prestadas. Suspensão da quitação eleitoral ..... 615
14. SPCE e prestação de contas simplificadas. Autuação no PJe ..... 616

15. Ausência de movimentação financeira e controle concomitante .....	617
16. Prestação de contas anuais dos partidos: caixa 2 e lavagem de dinheiro .....	618
17. Prestação de contas parciais e publicação das doações financeiras em 72 horas.....	619
18. Jurisprudência .....	622

## **Capítulo VIII**

### **DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS ..... 625**

1. Conceito. Natureza declaratória .....	625
2. Competência .....	626
3. Seção única – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA.....	627
3.1. Hipóteses de cabimento .....	627
3.2. Inelegibilidades supervenientes. Art. 262, § 2º, do CE.....	628
3.3. Negativa de diplomação.....	639
3.4. Inelegibilidades constitucionais.....	640
3.5. Prova pré-constituída. AIJE .....	641
3.6. Captação ilícita do sufrágio .....	643
3.7. Legitimação ativa.....	644
3.8. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo .....	644
3.9. Prazo para propositura e efeito sobre o diploma .....	645
3.10. Juízo de retratação.....	647

## **Capítulo IX**

### **AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO ..... 649**

1. Notícia histórica. Natureza .....	649
2. Competência .....	650
3. Prazo para propositura. Suspensão dos prazos processuais. Aplicação .....	651
4. Hipóteses de cabimento. Fraude nas candidaturas femininas.....	653
5. Legitimação ativa. Desistência do legitimado: MPE assume a titularidade. Assistência litisconsorcial .....	661
6. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	662
7. Assistência do partido do impugnado.....	668
8. Procedimento: art. 3º, da LC n. 64/90. Testemunhas. Escuta ambiental.....	668
9. Prova emprestada, litispendência e conexão .....	678
10. Sentença: novas eleições, diplomação do 2º colocado, inelegibilidade .....	681

11. Recurso. Efeito suspensivo. Art. 257, § 2º Recurso adesivo.....	668
12. Execução da sentença.....	689

## Capítulo X

<b>CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL .....</b>	<b>691</b>
1. Pena mínima: art. 284.....	691
2. Declaração falsa de domicílio eleitoral: art. 289.....	691
3. Caixa 2: art. 350.....	693
4. Impedir ou inutilizar propaganda alheia: arts. 331 e 332 .....	694
5. Afirmações inverídicas ou ofensivas e humilhantes: arts. 323 e 326-B .....	694
6. Compra de votos: art. 299 .....	696
7. Coação ao voto: art. 301 .....	700
8. Desobediência eleitoral: art. 347 .....	700
9. Sorteios e brindes: art. 334 .....	701
10. Transporte e alimentação de eleitores: art. 302, CE, e Lei n. 6.091/74 .....	702
11. Boca de urna: art. 39, § 5º, da Lei n. 9.504/97 .....	703
12. Crimes contra a honra. Imunidade parlamentar: art. 324, 325 e 326.....	706
13. Denúncia caluniosa eleitoral .....	707
14. Apropriação indébita eleitoral .....	708
15. Ação penal pública incondicionada .....	709
16. Crimes Eleitorais conexos com Crimes Comuns .....	709
17. Foro privilegiado. Súmula 394, do STF. Lei 10.628/02. Inconstitucionalidade .....	710
18. Interrogatório e defesa. Procedimento do CPP.....	713
19. Recurso. Razões recursais. Prazo.....	715
20. Transação penal e Suspensão condicional do processo.....	716
21. Juiz de Garantias .....	718
22. Impedimento do Juiz. Prova Inadmissível.....	719
23. Arquivamento do inquérito no MP.....	719
24. Acordo de não persecução penal.....	719
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>725</b>

**Anexo**  
**MODELOS DE FORMULÁRIOS**

Anexo A	
– RECOMENDAÇÕES, AVISOS, REQUERIMENTOS, ETC. ....	727
Anexo B	
– REQUERIMENTO DE EXCLUSÃO/CANCELAMENTO.....	736
Anexo C	
– AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	
– INICIAIS E PARECERES .....	737
Anexo D	
– PARECER EM PEDIDO DE RESPOSTA.....	799
Anexo E	
– REPRESENTAÇÃO E RECURSO.....	801
Anexo F	
– AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	820
Anexo G	
– AÇÃO CAUTELAR.....	822
Anexo H	
– REPRESENTAÇÃO PARA RETIRADA DE PROPAGANDA ELEITORAL.....	825
Anexo I	
– AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO .....	827
Anexo J	
– CANDIDATURA FICTÍCIA .....	832
Anexo K	
– RCED – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	843
Anexo L	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO (Art. 41-A).....	845
Anexo M	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE AIME.....	847
Anexo N	
– RECOMENDAÇÃO – NÚMERO DE VEREADORES.....	856

Anexo O	
– REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE DOAÇÃO: Art. 23.....	858
Anexo P	
– EXCESSO DE DOAÇÃO: Alegações Finais .....	866
Anexo Q	
– AÇÃO DE SUSPENSÃO DE DIRETÓRIO .....	872